



ACÓRDÃO Nº 443/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11177/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF.
- 4- **Responsável:** Ivanhoé Amazonas Mendes Filho (Ordenador de Despesa).
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 995/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, responsável pela Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF, no curso do exercício 2016, com fundamento no art. 22, inciso III da Lei nº 2.423/96 deste TCE/AM c/c o art. 188, § 1º, III, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, em virtude das impropriedades não sanadas, já debatidas na Proposta de Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fulcro no art. 308, VI, do Regimento Interno desta Corte de Contas c/c o art.



ACÓRDÃO Nº 443/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

54, II, da Lei Orgânica deste TCE/AM, pelas impropriedades de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, abordadas nos tópicos de “03” e “04” da Proposta de Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar à atual e futuras gestões da Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF que:

10.3.1. Evite deixar pendências em caixa para os próximos exercícios, evitando registros contábeis incorretos, o que implicará na inconsistência do Balanço e demonstrações financeiras;

10.3.2. Adote providências no sentido de sanar as possíveis pendências financeiras, evitando assim a reincidência das pendências bancárias;

10.3.3. Diligencie de forma a sanar as irregularidades de natureza patrimonial abordadas nesta Proposta de Voto.

10.4. Recomendar à Comissão de Inspeção - DICAD/AM, responsável por realizar inspeção *in loco* na Secretaria de Estado de Política Fundiária que verifique se a Pasta regularizou os lançamentos contábeis no exercício de 2017;

10.5. Dar Ciência ao responsável, **Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho**, sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



ACÓRDÃO Nº 443/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança,
Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição